Domingo, 29 de Novembro de 2026

29 milhões

29 milhões.

Este é o número de brasileiras que já sofreram violência doméstica e familiar, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025.

29 milhões de mulheres correspondem a quase toda a população da Região Sul do Brasil. É como se todos os habitantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul fossem vítimas de violência doméstica e carregassem no corpo e na memória as marcas da agressão, da humilhação, do medo e do silêncio.

Os números escancaram uma tragédia nacional que não pode ser tratada como mero caso de polícia. A violência contra a mulher é um problema de segurança pública, mas também de cultura, economia, educação e poder.

Culturalmente, o Brasil ainda convive com estruturas persistentes do patriarcalismo, que normaliza relações de dominação masculina e estimula a ideia de que os homens teriam algum tipo de autoridade natural sobre esposas, companheiras ou filhas. A agressão muitas vezes nasce antes do primeiro tapa: começa no controle, no ciúme possessivo, na vigilância dos passos da mulher e na tentativa de restringir sua autonomia.

Há também uma dimensão econômica incontornável. Milhares de mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por dependência financeira, ausência de renda própria ou falta de condições para sustentar seus filhos. A violência prospera onde a autonomia feminina é reduzida e onde o Estado não oferece redes eficazes de proteção social.

No campo religioso, é preciso reconhecer que a fé pode ser instrumento de acolhimento e libertação. No entanto, interpretações distorcidas de textos sagrados ainda são utilizadas para justificar submissão feminina, silenciamento de vítimas e preservação de estruturas familiares marcadas pela violência. Em uma República plurirreligiosa e laica, nenhuma crença pode servir de escudo para a opressão.

Por isso, preocupa o crescimento de discursos antifeministas que tentam negar a própria existência do feminicídio, reduzir a violência de gênero a estatísticas genéricas ou apresentar a mulher como personagem secundária na sociedade e na família. Os fatos não acompanham essas narrativas.

O feminicídio existe porque milhares de mulheres são mortas em contextos de posse, controle, violência doméstica e discriminação baseada no gênero. Negar essa realidade não protege famílias. Apenas protege preconceitos. Pior: enquanto os homicídios em geral vêm caindo no Brasil, os feminicídios continuam crescendo. Em 2025, o país registrou o maior número de feminicídios da série histórica, mostrando que a violência letal contra as mulheres não acompanha a melhora observada em outros indicadores criminais.

Da mesma forma, não há defesa possível para propostas que pretendem confinar mulheres a papéis subalternos, restringindo sua participação econômica, política e intelectual. Sociedades mais desenvolvidas são precisamente aquelas que ampliam oportunidades, direitos e proteção para suas cidadãs.

No Brasil, a violência contra a mulher não é homogênea. Ela tem cor, classe e endereço. Embora alcance todas as camadas sociais, incide com maior intensidade sobre mulheres negras, pobres, de menor escolaridade e residentes em regiões onde o Estado se faz menos presente.

Por isso, combater essa violência exige mais do que repressão criminal. Exige políticas preventivas permanentes, baseadas em evidências, com financiamento estável e mecanismos de avaliação. Isso inclui proteção social, fortalecimento das delegacias especializadas, expansão das casas de acolhimento, educação

para igualdade de gênero, capacitação de profissionais e programas voltados à independência econômica das mulheres.

Não se enfrenta um problema que afeta 29 milhões de mulheres com discursos improvisados ou cortes orçamentários. Auditorias recentes do Tribunal de Contas da União identificaram fragilidades no desenho, na implementação e na avaliação de políticas voltadas à proteção das mulheres. O desafio brasileiro não é saber o que precisa ser feito, mas garantir financiamento, coordenação federativa e mecanismos de monitoramento capazes de assegurar proteção efetiva.

A verdadeira questão não é quanto custa prevenir a violência contra a mulher.

A pergunta correta é: quanto custa, em vidas destruídas, a omissão do Estado e da sociedade?

Luiz Henrique Lima é professor e escritor